



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 05.12.2013

Proc. n.º: 384 – SI 224/13

Horário início: 9h30min

Término: 10h10min

Assunto: Reunião para tratar da cedência de área para construção da sede da Associação dos Deficientes Físicos e Ostromizados – ASSDEFO.

Requerente: Ver. Claudimir dos Santos - Nênis.

Convidados: Secretário Municipal de Obras Públicas e o presidente em exercício da ASSDEFO, Diomar Godoi Posser.

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: A Vereadora Rosemari Almeida (PP) ressaltou o falecimento, no fim de semana, do Vereador Claudimir dos Santos (PMDB), proponente da reunião no período em que assumira a vereança no lugar do Vereador Renato Kranz, que se licenciara para tratar de interesses particulares, de 15 a 30 de novembro. O Vereador Renato Kranz (PMDB) realizou leitura do requerimento n.º 167/2013 (em anexo), que originou a presente reunião, em homenagem ao proponente falecido. Destacou preocupação do Vereador Claudimir especificamente com a problemática relativa às pessoas portadoras de necessidades especiais em Montenegro. Mencionou a preocupação dele em propor emendas ao orçamento visando beneficiar essa camada da população montenegrina, principalmente com a questão da acessibilidade. Afirmou que, em respeito à memória do Vereador falecido, passaria a encampar essa luta, para cumprimento do decreto municipal de acessibilidade. Contou que o decreto fora elaborado ano passado, com a luta do Vereador recentemente falecido, a partir de várias reuniões promovidas com presença do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP. Mencionou que o prefeito não cumpre o decreto, e que cogitara mesmo, no início do seu mandato, a possibilidade de revogá-lo, pois o Procurador-Geral do Município apontava inconstitucionalidade do expediente. Apontou a questão dos alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais, cuja liberação estava trancada até que eles se adequassem às determinações do decreto. Denunciou que esses cerca de duzentos alvarás foram liberados pela atual Administração, mesmo em desconformidade às regras de acessibilidade e às disposições legais. Relatou que a luta da construção da sede da ASSDEFO vem desde 2011. No fim do ano passado, estava pronto o projeto de lei para cessão de uso de área para a ASSDEFO, que não foi encaminhado para a Câmara. O Vereador Claudimir várias vezes conversou com o Prefeito Paulo para que ele enviasse o projeto à Câmara para que se pudesse autorizar a cedência da área à Associação, o que não aconteceu. Contou que, enquanto esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, todas as escolas da rede pública municipal foram adaptadas para portadores de necessidades especiais, com acessibilidade integral. Sobre a questão do transporte de pessoas portadoras de deficiência na área da educação, através do programa Caminhos da Escola, a municipalidade adquiriu quatro ônibus adaptados para essa população. O Prefeito Percival



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



Souza de Oliveira assinara convênio com o governo federal para que o Município fosse contemplado com mais um ônibus, que ainda não veio para Montenegro, com quatro lugares para cadeirantes, num projeto de inclusão escolar para portadores de necessidades especiais, que deve chegar no início do ano que vem. Todos os outros ônibus têm dois lugares. Destacou que está trabalhando desde o início do ano, com indicações, pedidos de informação e providências ao Executivo, no cumprimento da Resolução nº 304/2008 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN (em anexo) que determina que 2% das vagas dos estacionamentos públicos devam ser destinados exclusivamente para veículos que transportem pessoas com deficiência física. Disse que estará encaminhando ao MP a resposta dada pelo Prefeito (em anexo) a pedido de informação formulado. O Vereador Marcos Gehlen (PT) destacou ações protagonizadas pelo Legislativo na defesa dos direitos das pessoas portadores de necessidades especiais, como seminários, aprovação da lei que institui a Semana de Luta da Pessoa com Deficiência pela Acessibilidade, e aprovação de lei para que os andares térreos dos edifícios fossem priorizados para deficientes físicos e idosos nos condomínios habitacionais populares do Município de Montenegro. Disse que é vital a questão de se ter uma sede para a ASSDEFO porque os encontros podem ocorrer a qualquer hora, a fim de que as ações sejam intensificadas em prol da acessibilidade no Município, na medida em que as leis existem e não são cumpridas. Vereadora Rosemari explicou que a ASSDEFO ocupava a sala 6 da Estação da Cultura e, com o fato de que os alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Cel. Álvaro de Moraes está em reforma, foram deslocados para essa sala, de modo que as reuniões estão ocorrendo ao ar livre. Maria Geci Azevedo da Silva, integrante da ASSDEFO, mencionou que isso dificulta a realização das reuniões da Associação. O Vereador Ademir Fachini (PDT) rebateu algumas afirmações feitas pelo Vereador Renato. Sobre o decreto, disse que ninguém na Administração, em hipótese alguma, quis ferir o direito à acessibilidade. Argumentou que, se havia aproximadamente 200 alvarás trancados, quase todos os estabelecimentos em Montenegro seriam fechados em função disso. A Administração era favorável que o decreto sofresse algumas alterações para adequá-lo aos princípios constitucionais. Também enquanto esteve ocupando o cargo de Secretário de Obras, o prefeito era favorável à cessão do terreno, sendo que o Arquiteto da Prefeitura André Schoellkopf estava auxiliando-o nessa questão. O projeto estava finalizado, aguardando seu encaminhamento para a Câmara. Com relação às placas de sinalização, reservando vagas para deficientes, se empenhou, na época, que se desse andamento ao processo de licitação para aquisição das mesmas, cobrando isso diariamente. A Vereadora Rosemari colocou as dependências da Câmara à disposição da ASSDEFO, reservando o espaço para a realização das reuniões da entidade sempre na segunda sexta-feira do mês, às quinze horas, enquanto a sala 6 estiver sendo ocupada. Garantiu que nos próximos dias os problemas de acessibilidade constatados nos banheiros da Câmara serão solucionados. O Presidente em exercício da ASSDEFO, Diomar Posser, agradeceu muito a colaboração da Presidenta



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



Rosemari em oferecer a Casa para as reuniões da entidade. Disse que, por não ter participado das últimas reuniões, não estava muito inteirado da situação da nova sede e dos demais assuntos que envolvem a Associação. Geci também confessou não estar muito por dentro da situação, acentuando que Claudimir tinha a qualidade de assumir e resolver as questões por ele mesmo. Destacou, contudo, que agora o objetivo era o de cada um tomar o seu lugar e agir em grupo. Disse que a vontade é muito grande de fazer pelo menos um pouco do que o Claudimir fez, porque ele era dedicado vinte e quatro horas por dia. A intenção é honrar tudo aquilo que ele fez, compartilhando o pensamento positivo que ele tinha, que as coisas sempre iriam acontecer, e aconteciam, bem como sua coragem de enfrentar as dificuldades. O Arquiteto André Schoellkopf, integrante da SMOP, comunicou que pesquisaram e localizaram dois processos administrativos tratando do assunto relativo ao pedido de cedência de área por parte da ASSDEFO. Disse que encontrou um desses processos, sendo que, o outro, o titular da pasta não se encontrava na Secretaria, de modo que não conseguiu conversar com ele. O processo encontrado é de 2010. Nele, havia solicitação de cedência de área localizada no Bairro Santa Rita, que, atualmente, está cedida à Associação Comunitária do Bairro Santa Rita, o que já é de conhecimento da ASSDEFO. Concluiu que, nessa área, portanto, seria impossível conceder a cessão de uso para a entidade. Sobre o outro processo administrativo, de nº 10675/2011, que solicita cedência de uma área localizada na Rua Antônio Inácio de Oliveira Filho, reiterou que não teve acesso a ele, apenas localizando-o através de pesquisas realizadas no sistema informatizado de protocolo. Desse modo, admitiu não ter conhecimento do teor do processo, não podendo dar um parecer mais aprofundado sobre a situação do processo. Conforme a última movimentação do processo, ele estaria na Diretoria de Acompanhamento de Ações Governamentais, na Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SMGEP. Nesse mesmo instante, a Presidenta fez contato telefônico com o Diretor Juan Rocha. Após conversa telefônica, a Vereadora comunicou que o Diretor lhe informara que o processo fora encaminhado a esse departamento em 22 de novembro de 2011, mas que eles não o localizaram na Secretaria. Provavelmente alguém pegara o processo, levava para outro setor, perdendo o controle através do sistema informatizado. Disse que ele assumira o compromisso de procurá-lo e encontrá-lo. Geci relatou que por duas vezes Claudimir informara o grupo nas reuniões de que o processo estava na mesa do prefeito, faltando apenas a assinatura final para encaminhá-lo à Câmara. Confidenciou que inclusive teria dito que faria um pedido de informação para conhecer do andamento do processo. A Presidenta ressaltou a importância de que o arquiteto André e o Diretor Juan conversem com o prefeito, tendo em vista essas informações, para que se dê o devido encaminhamento ao processo. O Vereador Kranz explicou que o processo passa por esse setor a fim de que sejam analisadas as questões de topografia. No entanto, o grande problema da Prefeitura é que ela não tem topógrafo. Isso demora, porque é necessário contratar uma empresa para realizar esse serviço. Na época, foi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



contratada a empresa Geosul Topografia e o projeto certamente está pronto. Mencionou que o Vice-Prefeito Marcos Griebeler dizia que no fim do ano o projeto de lei estava pronto e que seria encaminhado para a Câmara. A Presidenta solicitou que, assim que os referidos integrantes do Executivo localizassem o projeto, oficiassem a Câmara para que esta possa agendar uma nova reunião com a ASSDEFO para dar uma satisfação à entidade sobre o andamento do mesmo. O Vereador Kranz aproveitou a ocasião para perguntar sobre o andamento do processo de licitação para execução das rampas de acessibilidade na cidade. O Arquiteto André explicou que o projeto arquitetônico está na sua fase final de conclusão, com orçamento e memorial descritivo, devendo estar finalizado até segunda-feira. A partir disso é aberto processo licitatório. Sobre os custos, mencionou que cada rampa está orçada em cerca de R\$ 800,00, num total de 60 rampas a serem construídas. Esclareceu que elas observarão os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Relatou que os integrantes do setor técnico, após palestra sobre o assunto, foram para a rua com cadeiras de rodas, muletas e vendas nos olhos, para simular e sentir as dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais. A partir disso, o olhar sobre a acessibilidade se modifica. Vereador Kranz cobrou a execução das determinações do decreto municipal, apontando necessidade dos estabelecimentos públicos e particulares se adaptarem às necessidades das pessoas portadoras de alguma deficiência ou dificuldade de locomoção. André Schoellkopf confirmou que existe uma preocupação do Executivo com relação à adequação das rampas, havendo cobrança e fiscalização para que as construções na cidade se conformem à legislação. No entanto, isso não pode ser feito num passe de mágica da noite para o dia. Disse que a Lei de Acessibilidade (em anexo) exige que as construções, reformas e obras novas em geral sejam adequadas às normas de acessibilidade, ao contrário do que estava estabelecido no decreto municipal, que exigia o mesmo para as edificações já existentes e anteriores à sua publicação. O poder público não poderia exigir isso do comerciante. Mencionou ainda que o decreto também previa criação de comissões para avaliação de liberação de alvarás, que seriam formadas por representantes da comunidade e do Executivo Municipal, cuja configuração não estaria bem formatada. Vereador Fachini revelou que houve um consenso, com participação da ASSDEFO, de rever caso por caso, liberando alguns alvarás, tendo como base o bom senso. No entanto, disse que se comprometeu, como secretário, na época, que nenhuma obra nova ou reforma saísse sem que a acessibilidade fosse contemplada, o que não poderia ocorrer com as edificações já existentes. Vereador Kranz relatou o sofrimento emocional e psíquico daquela pessoa que está impedida de acessar determinados lugares por algum obstáculo ou barreira física imposta, que lhe impede a livre locomoção. Afirmou que o poder público tem a obrigação de exigir que as edificações tenham acessibilidade universal. Disse que só tem direito de falar disso quem sente na pele o problema. Nesse sentido, afirmou ser extremamente radical, não lhe interessando se o



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



estabelecimento será fechado, caso ele não queira se adaptar. Esse é o ponto de vista de quem sente o problema, que é muito diferente daquele que não sente. O arquiteto da municipalidade advertiu que essa possível radicalização numa edificação pré-existente, onde um estabelecimento comercial pretende se instalar, que não possui condições técnicas de fazer a rampa, geraria inúmeros outros problemas, principalmente de ordem econômica e social. O Vereador Tuco sugeriu que num próximo encontro se convide o Secretário Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania, na medida em que as questões de inclusão e garantia de direitos sociais são de competência desse órgão municipal. O Vereador pedetista destacou o trabalho e o esforço do Vereador Claudimir, que conseguiu implantar um decreto municipal em face de que o próprio decreto federal, que dispõe sobre o assunto, não era respeitado em Montenegro. Destacou a importância da pontualidade da reivindicação de algumas pessoas, dizendo que sempre admirou isso nele.

Encaminhamentos: O Arquiteto André Schoellkopf e o Diretor Juan Rocha se comprometeram a procurar o processo de cessão de uso de área da municipalidade para a ASSDEFO e, assim que o localizarem, encaminharem ofício ao Poder Legislativo dando ciência do ocorrido para que nova reunião seja agendada. As dependências da Câmara de Vereadores foram colocadas à disposição a fim de que a Associação realize suas reuniões mensais (segunda sexta-feira de cada mês) até que os alunos da EEEF Cel. Álvaro de Moraes desocupem a sala 6 da Estação da Cultura. Geci mencionou que, como já fora marcada reunião da ASSDEFO, a ocorrer nesse local, os seus membros serão avisados de que o próximo encontro realizar-se-á na Câmara de Vereadores. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Renato Kranz
PMDB**

**Ver.^a Rosemari Almeida – PP,
Presidenta.**